

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

4

ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: ADMINISTRATIVA
ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

MANHÃ

CADERNO H

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno e os dados identificadores do seu cargo coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto ao tipo de caderno ou quanto aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Um ato de confiança dá paz e serenidade.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **22/4/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **23 e 24/4/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **22/5/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 **Cult** — O que significa exatamente “capitalismo do desastre”?

Naomi Klein — Veja o que aconteceu após o furacão Katrina, exemplo clássico do capitalismo do desastre. Não considero o Katrina um desastre “natural” porque envolveu uma clara omissão do Estado — no sentido de que as barragens estavam deterioradas. Imediatamente depois do ocorrido, um político republicano, Richard Baker, disse “não pudemos limpar os projetos de conjuntos habitacionais, mas Deus fez isso por nós”. Isso é o capitalismo do desastre! É uma ideia muito velha, que já existia na mentalidade colonial. Na América do Norte, os colonos que ocuparam a Nova Inglaterra tinham uma teoria religiosa sobre a varíola, pois a causa principal de mortalidade dos índios era a doença. Nos diários da época, falava-se da moléstia como uma dívida de Deus. De diversas maneiras, estavam usando a mesma formulação que o político republicano. Quando a varíola acabou com diversas comunidades dos iroquois e a terra deles foi invadida pelos colonos, Deus foi invocado, e o desastre foi visto como um ato divino. Então, sim, isso não é novidade. Mas, o que há de novo aqui, e que vimos em Nova Orleans, é que não apenas o desastre foi utilizado para a privatização do sistema educacional e habitacional, mas a resposta ao próprio desastre foi vista como oportunidade de mercado. E essa é realmente a última fronteira para o neoliberalismo. Todas as partes do estado foram privatizadas: estradas, eletricidade, telefone, água. Haviam sobrado apenas as funções fundamentais: os militares, a polícia, os bombeiros. Mas agora estamos assistindo ao surgimento de um complexo do capitalismo do desastre: negócios que dependem diretamente desse conjunto de crises e desastres.

Naomi Klein. *Resistindo ao choque*. In: *Cult – Revista Brasileira de Cultura*. São Paulo: Bregantini, n.º 125, jun./2008, p. 10 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas do texto acima, que é parte de uma entrevista de Naomi Klein à revista **Cult**, julgue os itens a seguir.

- 1 A entrevistada considera o furacão Katrina um exemplo clássico do capitalismo do desastre, porque sua ocorrência está relacionada à omissão do Estado.
- 2 Para a entrevistada, o capitalismo do desastre promove, além da privatização de bens públicos, a criação de um mercado que se alimenta dos desastres e das crises do próprio sistema.
- 3 O trecho “Veja o que aconteceu” (l.3) é exemplo de um dos elementos característicos de entrevistas: o recurso de o interlocutor dirigir a mensagem diretamente ao seu receptor.
- 4 A grafia diferenciada de “Estado” (l.6) e “estado” (l.26) indica a diferença de sentido entre as palavras no texto, as quais remetem, respectivamente, ao ente que governa e à concreta unidade da federação: Nova Orleans.
- 5 Segundo a entrevistada, a fala do político republicano — trecho entre aspas nas linhas de 8 a 10 — e o discurso dos diários da colonização norte-americana, em nome de interesses econômicos, naturalizam e justificam desastres como o furacão e a dizimação da população provocada pela varíola, ao considerá-los obras divinas.

1 No novo mundo e em especial no Brasil, onde a escravidão foi particularmente cruenta e predatória, o senhor podia tomar qualquer decisão quanto à vida de seu escravo, conforme seu arbítrio. Se considerasse que um escravo o ameaçava, podia mandar cortar seus pés, cegá-lo, suplicia-lo com chibatadas ou matá-lo. A relação senhor/escravo não era um pacto: o senhor não estava obrigado a preservar a vida de seu escravo individual; muito ao contrário, sua liberdade de tirar a vida daquele que coisificara definia sua posição de senhor, tanto mais quanto o fluxo de escravos no mercado lhe permitia repor o plantel sem maiores restrições. A escravidão longeva acabou por abstrair o rosto do escravo, despersonalizando-o e coisificando-o de maneira reiterada e permanente. Ao final, restava apenas a sua cor, definitivamente associada ao trabalho pesado e degradante. A imagem do trabalho e do trabalhador consolidada ao longo da escravidão fez-se, portanto, da sobreposição de hierarquias sociais de cor, de *status* social associado à propriedade e de dominação material e simbólica, em uma mescla de sentidos que convergiram para a percepção do trabalho manual como algo degradado. Dizendo-o de modo mais enfático, a ética do trabalho oriunda da escravidão foi uma ética de desvalorização do trabalho, e seu resgate do ressaibo da impureza e da degradação levaria ainda muitas décadas. Esse quadro de inércia estrutural configurou o ambiente em que se teceu a sociabilidade capitalista no país.

Adalberto Cardoso. *Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social*. In: *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo: UNESP, n.º 80, mar./ 2008, p. 25 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 De acordo com o texto, a dominação imposta pela escravidão foi simbólica, pois, desvinculada das condições materiais da produção escravista, atribuiu um sentido degradante ao trabalho escravo.
- 7 Nas linhas 1 e 2, as vírgulas são empregadas para isolar oração intercalada que destaca a especificidade da escravidão no Brasil.
- 8 A significação do vocábulo “coisificara” (l.9) remete ao processo de despersonalização do negro transformado em mercadoria pela escravidão.
- 9 A expressão “tanto mais quanto” (l.10) indica a relação de proporcionalidade entre a liberdade do senhor de dispor da vida de seu escravo e o alto fluxo de escravos no mercado.
- 10 Considerando-se o contexto da escravidão abordado no texto, a expressão “à propriedade” (l.19) poderia ser substituída por **ao imóvel**, uma vez que o substantivo “propriedade” refere-se às terras, um bem fixo dos grandes proprietários rurais.

- 1 13 DE JUNHO... Vesti as crianças e eles foram para a escola. Eu fui catar papel. No Frigorífico vi uma mocinha comendo salsichas do lixo. (...) Os preços aumentam igual
4 as ondas do mar. Cada qual mais forte. Quem luta com as ondas? Só os tubarões. Mas o tubarão mais feroz é o racional. É o terrestre. É o atacadista. A lentilha está a 100
7 cruzeiros o quilo. Um fato que alegrou-me imensamente. Eu dancei, cantei e pulei. E agradei o rei dos juizes que é Deus. Foi em janeiro quando as águas invadiu os armazens e
10 estragou os alimentos. Bem feito. Em vez de vender barato, guarda esperando alta de preços: Vi os homens jogar sacos de arroz dentro do rio. Bacalhau, queijo, doces. Fiquei com
13 inveja dos peixes que não trabalham e passam bem.

Carolina Maria de Jesus. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2004, p. 54 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 11 A indicação da data da escrita, o emprego da primeira pessoa do singular e a exposição de fatos reais permitem caracterizar o texto como um diário, embora se verifique no texto, também, o emprego da linguagem conotativa, típica do texto literário.
- 12 O emprego do sinal indicativo de crase em “as ondas” (l.4) é facultativo, uma vez que a palavra “igual” (l.3), que equivale a **como**, dispensa a preposição.
- 13 O ponto final logo após as orações coordenadas “dancei, cantei e pulei” (l.8) pode ser substituído por vírgula sem prejuízo gramatical ou de sentido, desde que a conjunção “E” (l.8) seja escrita em minúscula.
- 14 O referente da forma verbal “guarda” (l.11) é a expressão “o atacadista” (l.6).

Carta do desembargador X... ao chefe de polícia da Corte

1 Corte, 20 de setembro de 1875.

2 Desculpe V. Ex.^a o tremido da letra e o desganhado do estilo; entendê-los-á daqui a pouco. Hoje, à tardinha,
4 acabado o jantar, enquanto esperava a hora do Cassino, estirei-me no sofá e abri um tomo de Plutarco. V. Ex.^a, que foi meu companheiro de estudos, há de lembrar-se que eu,
7 desde rapaz, padeci esta devoção ao grego; devoção ou mania, que era o nome que V. Ex.^a lhe dava, e tão intensa que me ia fazendo reprovar em outras disciplinas. Abri o
10 tomo, e sucedeu o que sempre se dá comigo quando leio alguma coisa antiga: transporto-me ao tempo e ao meio da ação ou da obra. Foi o que se deu hoje. A página aberta
13 acertou de ser a vida de Alcebiades. (...) Juro a V. Ex.^a que não acreditei; por mais fiel que fosse o testemunho dos sentidos, não podia acabar de crer que tivesse ali, em minha
16 casa, não a sombra de Alcebiades, mas o próprio Alcebiades redivivo. Nutri ainda a esperança de que tudo aquilo não fosse mais do que o efeito de uma digestão mal rematada, um
19 simples eflúvio do quilo, através da luneta de Plutarco.(...) Alcebiades olhou para mim, cambaleou e caiu. Corri ao ilustre ateniense, para levá-lo, mas (com dor o digo) era
22 tarde; estava morto, morto pela segunda vez. Rogo a V. Ex.^a se digne de expedir suas respeitáveis ordens para que o cadáver seja transportado ao necrotério, e se proceda ao
25 corpo de delito, relevando-me de não ir pessoalmente à casa de V. Ex.^a agora mesmo (dez da noite) em atenção ao profundo abalo por que acabo de passar, o que aliás farei
28 amanhã de manhã, antes das oito.

Machado de Assis. **Uma visita de Alcebiades**. In: **50 contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 91-8 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas linguísticas do texto **Carta do desembargador X... ao chefe de polícia da Corte** e à redação de correspondências oficiais, julgue os itens subsequentes.

- 15 O título, o formato e o assunto do texto permitem que ele seja classificado como reprodução exemplar de uma correspondência oficial do século XIX no Brasil.
- 16 O texto prima pela clareza, pela concisão e pelo necessário domínio da norma culta da língua portuguesa, preconizados pelas normas atuais da correspondência oficial.
- 17 A aproximação entre o formato de correspondência usada em órgãos públicos e o assunto de âmbito da vida privada, que caracteriza o estilo irônico da carta do desembargador X, é um procedimento inaceitável segundo os parâmetros atuais da redação oficial.
- 18 O fato de o objetivo da carta do desembargador X estar claramente expresso no final da missiva demonstra uma característica do texto que é exigida pelas normas atuais de correspondência oficial: a objetividade.
- 19 O acontecimento informado pelo remetente ao destinatário — a visita de Alcebiades — ocorreu, como ele afirma, graças à sua transposição para o tempo e lugar da obra de Plutarco.
- 20 Em “padeci esta devoção ao grego” (l.7), não haveria prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do texto, se fosse empregada a palavra **desta** em lugar de “esta”.

Texto para os itens de 21 a 31

A crise oriunda da toxicidade dos capitais, fato global mais relevante da segunda metade de 2008, ao migrar para as atividades produtivas já no fim do mesmo ano, aprofundou-se e alastrou-se geograficamente. Quase não houve surpresa, para o observador comum dos fatos globais, seu efeito dominó nos primeiros meses de 2009. A África naturalmente não está imune. A retração chinesa teve impacto no continente. O avanço dos capitais do Golfo Pérsico, no entanto, compensou o crédito e o financiamento infraestrutural dos novos projetos do NEPAD, a iniciativa africana de desenvolvimento sustentável e de incorporação social dos mais vulneráveis.

José Flávio Sombra Saraiva. **A África e o outro lado da crise**. In: **Correio Braziliense**, 22/2/2009, p. 17 (com adaptações).

Considerando o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens que se seguem.

- 21 A crise internacional que se estende pelo mundo desde fins de 2008, originada na economia real, moveu-se para o sistema financeiro.
- 22 Os impactos da crise de que trata o texto, embora muito fortes nas economias do Sul, tiveram pouca repercussão nos países do Norte.
- 23 No caminho da crise internacional, a economia do Japão recuou para os níveis da recessão que se presenciou a partir de 1970.
- 24 Com raízes advindas das desregulamentações financeiras dos anos anteriores e, iniciada em 2008, a crise econômica atual já apresenta encaminhamento organizado e sistêmico, com soluções multilaterais consensuais à vista entre governos e empresas.
- 25 Na China, vulnerável diante da dependência das exportações como fator relevante no seu PIB, vê-se crescimento mais lento nos primeiros meses de 2009.

Ainda com relação aos impactos da crise a que o texto se refere, especificamente no contexto africano e latino-americano, julgue os itens a seguir.

- 26** A América Latina está alheia ao processo de deterioração das economias do Norte, ao seguir sua rota de crescimento econômico intocável.
- 27** Em graus diferenciados, ao manter certo crescimento médio acumulado nos últimos anos, as economias africanas seguem com seus problemas estruturais, embora não tenham sido ainda dramaticamente abaladas pela crise internacional.
- 28** No Brasil, maior economia da América Latina, há problemas naturais, advindos do contexto externo adverso, com particular impacto na capacidade exportadora, tendente a diminuir ante as dificuldades de compra de vários de seus parceiros no Norte.
- 29** Nos países da América Latina, muito acoplados à economia norte-americana, como o México, vivem-se momentos de grande dificuldade ante a crise internacional do capitalismo.
- 30** Na África do Sul, país sede da Copa do Mundo de Futebol de 2010, não se distingue influência da crise atual do capitalismo ante o ritmo de construção de estádios e da infraestrutura para o evento internacional que se aproxima.
- 31** Na Argentina, país vizinho e membro do MERCOSUL, aplicou-se recentemente o expediente protecionista na compra de produtos brasileiros, sob alegação fundamentada no atual contexto de crise.

Acerca do trabalho, da tecnologia e do desenvolvimento sustentável, julgue os itens subsequentes.

- 32** No contexto da globalização em que hoje se vive, o mundo do trabalho ainda é uma obrigação do Estado, sendo que a grande maioria dos habitantes do planeta, em idade produtiva, tem um trabalho regular e proteções legais trabalhistas.
- 33** Se um braço da evolução tecnológica contemporânea é a renovação rápida do conhecimento aplicado a inovações, uma contrapartida dessa evolução é a crescente robotização dos processos produtivos, que reduzem a presença das forças de trabalho massivas.
- 34** O desenvolvimento sustentável, uma utopia para o mundo atual, é anseio de todos os setores sociais e políticos dos países centrais do capitalismo.
- 35** Regiões no Brasil como a Amazônia necessitam ainda de melhor aproveitamento de seus recursos naturais e humanos em projeto sustentável e soberano de desenvolvimento que beneficie suas populações e o país no seu conjunto.

Texto para os itens de 36 a 45

Denomina-se proposição toda frase que pode ser julgada como verdadeira — V — ou falsa — F —, mas não como V e F simultaneamente. As proposições simples são aquelas que não contêm mais de uma proposição como parte. As proposições compostas são construídas a partir de outras proposições, usando-se símbolos lógicos e parênteses para evitar ambiguidades. As proposições são usualmente simbolizadas por letras maiúsculas do alfabeto: A, B, C etc. Uma proposição composta na forma $A \vee B$, chamada disjunção, é lida como “A ou B” e tem valor lógico F se A e B são F, e V, nos demais casos. Uma proposição composta na forma $A \wedge B$, chamada conjunção, é lida como “A e B” e tem valor lógico V se A e B são V, e F, nos demais casos. Uma proposição composta na forma $A \rightarrow B$, chamada implicação, é lida como “se A, então B” e tem valor lógico F se A é V e B é F, e V, nos demais casos. Além disso, $\neg A$, que simboliza a negação da proposição A, é V se A for F, e é F se A for V.

A partir do texto, julgue os itens a seguir.

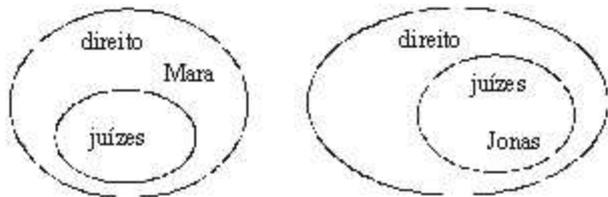
- 36** Na sequência de frases abaixo, há três proposições.
- ▶ Quantos tribunais regionais do trabalho há na região Sudeste do Brasil?
 - ▶ O TRT/ES lançou edital para preenchimento de 200 vagas.
 - ▶ Se o candidato estudar muito, então ele será aprovado no concurso do TRT/ES.
 - ▶ Indivíduo com 50 anos de idade ou mais não poderá se inscrever no concurso do TRT/ES.
- 37** A negação da proposição “O juiz determinou a libertação de um estelionatário e de um ladrão” é expressa na forma “O juiz não determinou a libertação de um estelionatário nem de um ladrão”.
- 38** Caso a proposição “No Brasil havia, em média, em 2007, seis juizes para cada 100 mil habitantes na justiça do trabalho estadual, mas, no estado do Espírito Santo, essa média era de 13 juizes” tenha valor lógico V, também será V a proposição “Se no Brasil não havia, em média, em 2007, seis juizes para cada 100 mil habitantes na justiça do trabalho estadual, então, no estado do Espírito Santo, essa média não era de 13 juizes”.
- 39** As proposições $(\neg A) \vee (\neg B)$ e $A \rightarrow B$ têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações lógicas das proposições A e B.

Uma dedução é uma sequência de proposições em que algumas são premissas e as demais são conclusões. Uma dedução é denominada válida quando tanto as premissas quanto as conclusões são verdadeiras. Suponha que as seguintes premissas sejam verdadeiras.

- I Se os processos estavam sobre a bandeja, então o juiz os analisou.
- II O juiz estava lendo os processos em seu escritório ou ele estava lendo os processos na sala de audiências.
- III Se o juiz estava lendo os processos em seu escritório, então os processos estavam sobre a mesa.
- IV O juiz não analisou os processos.
- V Se o juiz estava lendo os processos na sala de audiências, então os processos estavam sobre a bandeja.

A partir do texto e das informações e premissas acima, é correto afirmar que a proposição

- 40** “Se o juiz não estava lendo os processos em seu escritório, então ele estava lendo os processos na sala de audiências” é uma conclusão verdadeira.
- 41** “Se os processos não estavam sobre a mesa, então o juiz estava lendo os processos na sala de audiências” não é uma conclusão verdadeira.
- 42** “Os processos não estavam sobre bandeja” é uma conclusão verdadeira.
- 43** “Se o juiz analisou os processos, então ele não esteve no escritório” é uma conclusão verdadeira.



Nos diagramas acima, estão representados dois conjuntos de pessoas que possuem o diploma do curso superior de direito, dois conjuntos de juizes e dois elementos desses conjuntos: Mara e Jonas. Julgue os itens subsequentes tendo como referência esses diagramas e o texto.

- 44** A proposição “Mara é formada em direito e é juíza” é verdadeira.
- 45** A proposição “Se Jonas não é um juiz, então Mara e Jonas são formados em direito” é falsa.

Julgue os itens seguintes, acerca de contagem e probabilidades.

- 46** Se, em um concurso público com o total de 145 vagas, 4.140 inscritos concorrerem a 46 vagas para o cargo de técnico e 7.920 inscritos concorrerem para o cargo de analista, com provas para esses cargos em horários distintos, de forma que um indivíduo possa se inscrever para os dois cargos, então a probabilidade de que um candidato inscrito para os dois cargos obtenha uma vaga de técnico ou de analista será inferior a 0,025.
- 47** Considere que a corregedoria-geral da justiça do trabalho de determinado estado tenha constatado, em 2007, que, no resíduo de processos em fase de execução nas varas do trabalho desse estado, apenas 23% tiveram solução, e que esse índice não tem diminuído. Nessa situação, caso um cidadão tivesse, em 2007, um processo em fase de execução, então a probabilidade de seu processo não ser resolvido era superior a $\frac{4}{5}$.
- 48** Se, em determinado tribunal, há 54 juizes de 1.º grau, entre titulares e substitutos, então a quantidade de comissões distintas que poderão ser formados por 5 desses juizes, das quais os dois mais antigos no tribunal participem obrigatoriamente, será igual a 35.100.
- 49** Existem menos de 4×10^5 maneiras distintas de se distribuir 12 processos entre 4 dos 54 juizes de 1.º grau de um tribunal de forma que cada juiz receba 3 processos.
- 50** Se, de um grupo de pessoas formado por 15 graduados em direito, 12 graduados em arquitetura e 11 graduados em estatística, 5 forem graduados em direito e estatística; 8, em direito e arquitetura; 4, em arquitetura e estatística; e 3, em direito, arquitetura e estatística, então, nesse grupo, haverá mais de 5 pessoas graduadas somente em direito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de fundamentos de contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 51** De acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, um bem adquirido por meio de contrato de alienação fiduciária deve ser registrado no ativo da entidade alienante ou devedora.
- 52** Créditos de funcionamento e créditos de financiamento são contas a receber distintas, porque os créditos de funcionamento referem-se a valores decorrentes de atividades normais da empresa e os créditos de financiamento consistem em valores de operações estranhas às atividades da empresa.
- 53** Quando, na equação patrimonial de uma entidade, o ativo total, somado à situação líquida, é igual ao passivo total, a situação financeira da entidade pode ser considerada bastante confortável.
- 54** Se um fato misto aumentativo for lançado erroneamente, a sua correção acarretará, obrigatoriamente, o lançamento de um fato misto diminutivo.
- 55** Segundo a teoria materialista, as contas de situação líquida, quando indicam resultado favorável à entidade, são denominadas diferenciais positivas.
- 56** No conjunto de deduções da receita bruta das vendas e serviços, estão incluídas as contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o financiamento da seguridade social (COFINS), cuja base de cálculo, no regime de incidência cumulativa, deve incluir os valores pagos a título de imposto sobre produtos industrializados (IPI) e excluir os valores correspondentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- 57** As despesas do exercício seguinte devem ser contabilizadas em conta de ativo.
- 58** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é dedutível da base de cálculo do imposto de renda até o limite determinado em lei e corresponde a uma expectativa de perda na realização dos créditos oriundos da venda de bens e serviços a prazo.

Com relação a livros e demonstrativos contábeis, julgue os itens de **59** a **65**.

- 59** Quando a empresa tiver filiais e optar pela escrituração descentralizada, as contas recíprocas relativas às transações entre a matriz e as filiais devem ser, obrigatoriamente, eliminadas na consolidação das demonstrações contábeis.
- 60** Como formalidades intrínsecas obrigatórias, o livro diário deve conter termo de abertura e encerramento; apresentar método de escrituração mercantil uniforme; obedecer a rigorosa ordem cronológica na escrituração; e não deve conter rasuras, emendas ou borrões.
- 61** O balancete de verificação, embora possa identificar erros decorrentes de incorreta aplicação do método das partidas dobradas, é ineficaz para a correção de erros constituídos por lançamentos invertidos ou duplicados.

- 62** Caso determinada empresa tenha valores a receber em decorrência de venda no valor de R\$ 1.500,00, dos quais R\$ 200,00 sejam correspondentes a juros embutidos na operação, uma vez que o pagamento será parcelado, o valor dos juros deverá ser estornado da receita de vendas e lançado como retificação da conta de valores a receber.
- 63** O produto das vendas de bens ou direitos do ativo permanente, mesmo quando resulte em ingresso financeiro, não deve ser incluído na demonstração do resultado do exercício.
- 64** As participações de debenturistas, empregados e fundos de assistência de empregados no lucro das empresas influenciam a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, sendo também influenciadas por essa base de cálculo.
- 65** Se, no exercício de 2008, determinada empresa realizou lucros registrados na reserva de lucros a realizar, a reversão desses lucros não deve ser feita a crédito da conta de lucros acumulados.

Acerca da contabilidade comercial, julgue os itens subsequentes.

- 66** Se determinada empresa tiver o valor de 100 mil reais a recuperar em decorrência do ICMS incidente sobre as mercadorias adquiridas, e tiver de recolher 150 mil reais do mesmo imposto, incidente sobre as mercadorias vendidas, o crédito do imposto deverá ser incluído na conta ICMS a recuperar, do ativo circulante, e o imposto devido constará da conta ICMS a recolher, do passivo circulante.
- 67** O pagamento de dividendos poderá ser antecipado, desde que a distribuição de dividendos intermediários esteja autorizada em estatuto, a empresa tenha elaborado demonstrações financeiras intermediárias, e seja obedecido o limite máximo de pagamento, correspondente ao montante registrado em suas reservas de capital.
- 68** O percentual mínimo que os acionistas têm direito a receber, seja por força legal, seja por disposição estatutária, somente pode ser calculado depois de o lucro líquido do exercício ter sido acrescido da parcela da reserva de reavaliação realizada no exercício.
- 69** A conversão de debêntures em capital, com resgate previsto para longo prazo, não afeta o capital circulante líquido, não devendo ser incluída na demonstração do fluxo de caixa ou de valor adicionado.

No que diz respeito a conceitos básicos de contabilidade pública, julgue os itens de **70** a **74**.

- 70** A contabilidade pública difere da comercial em diversos aspectos, entre os quais está o critério utilizado para a classificação de bens como material permanente.
- 71** Como as normas legais de contabilidade pública são instituídas por lei federal, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios não podem, em nenhuma hipótese, legislar acerca desse assunto.

72 As regras relacionadas à execução orçamentária da União, dos estados, do DF e dos municípios aplicam-se, integralmente, aos fundos especiais de natureza contábil ou financeira.

73 A receita pública somente pode ser considerada orçamentária se estiver incluída na lei orçamentária anual.

74 No conceito de receita orçamentária, estão incluídas as operações de crédito por antecipação de receita, mas excluídas as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Com relação à aplicação prática de conceitos de contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

75 Os indicadores são parte integrante do plano de contas, por meio dos quais é possível fazer que os eventos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) resultem em registros contábeis de partida dobrada.

76 Os eventos da classe 51 são usados quando o pagamento da despesa liquidada pelo evento precisar ser retido até o implemento de condições posteriores, como, por exemplo, o recolhimento da contribuição previdenciária ou do imposto de renda, cujo registro é feito por meio dos eventos da classe 52.

77 No SIAFI, quando a conformidade contábil é certificada sem o registro anterior da conformidade de suporte documental, a certificação é dada com restrições.

78 No balanço orçamentário, os restos a pagar são computados como despesa orçamentária, mas, no balanço financeiro, são incluídos como receita extraorçamentária.

Acerca da Lei de Licitações, julgue os itens que se seguem.

79 Se um ente da Federação receber recursos da União, mediante convênio, para a aplicação em programa governamental descentralizado, e a previsão de uso desses recursos for igual ou superior a um mês, tal ente deverá mantê-los aplicados em cadernetas de poupança, sendo os rendimentos dessas aplicações, obrigatoriamente, aplicados nas mesmas finalidades objeto do convênio.

80 Quando for mais conveniente para a administração pública a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, a compra de tais bens poderá ser feita por intermédio do mecanismo de registro de preços ou de pregão; entretanto, se o valor do material ultrapassar o limite correspondente ao valor da modalidade de convite, tal material deverá ser recebido por comissão constituída por, no mínimo, três membros.

81 Em um processo licitatório, o ato de homologação compete à comissão de licitação e o ato de adjudicação, à autoridade competente para ordenar a despesa.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes.

82 Ainda que a despesa com pessoal de determinado município ultrapasse o limite previsto em lei e a este não retorne no prazo de dois quadrimestres, a União poderá transferir-lhe recursos para o financiamento de ações públicas na área de saúde.

83 A LRF não permite que o produto da reestimativa da receita orçamentária, feita no âmbito do Poder Legislativo, seja utilizado como fonte de recursos para a aprovação de emendas parlamentares.

84 Se determinado ente da Federação vender um imóvel mediante cláusula que preveja a entrega do bem 12 meses depois de efetuada a venda, e receber 50% do valor do imóvel no ato da venda, estando previsto o pagamento do restante do valor contra a entrega do imóvel, a parcela recebida antecipadamente deverá ser contabilizada como operação de crédito.

No que diz respeito à contabilidade pública, julgue os itens que se seguem.

85 Do ponto de vista orçamentário, as entidades da administração pública indireta, ainda que regidas pelo direito privado, são conceituadas como entes públicos.

86 Se uma parcela da receita pública devida por pessoas físicas e jurídicas à União for paga somente no exercício seguinte ao dos respectivos fatos geradores, essa parcela será registrada como receita no exercício de pagamento, em observância ao regime de caixa das receitas.

87 No SIAFI, os conceitos de órgão e unidade orçamentária podem ser considerados sinônimos.

88 A variação da situação líquida patrimonial deve ser demonstrada em anexo da lei de diretrizes orçamentárias, sendo constituída somente pelo resultado patrimonial do exercício anterior adicionado às mutações patrimoniais ativas e passivas verificadas durante o exercício corrente.

Acerca da auditoria, julgue os itens que se seguem.

89 O exercício de auditoria interna deve pautar-se pela independência, entendida como o estado em face do qual as obrigações ou interesses do auditor ou da entidade de auditoria estão suficientemente isentos dos interesses das entidades auditadas, para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade.

90 O auditor, no exercício de suas funções, deve atribuir igual importância tanto à pesquisa de irregularidades quanto à detecção de riscos potenciais de que elas ocorram, os quais podem se manifestar pela fragilidade nos controles, pela precariedade dos recursos ou pela atitude do pessoal envolvido.

91 Os projetos de cooperação técnica entre a União e organismos internacionais e multilaterais de crédito estão sujeitos à auditoria do sistema de controle interno do Poder Executivo federal.

92 Na elaboração de relatórios de auditoria governamental, de acordo com a legislação, não devem ser utilizadas obras técnicas sem a autorização do autor destas.

Com relação às práticas de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 93** Na auditoria de estimativas contábeis, que são de responsabilidade da administração da entidade auditada, não cabe ao auditor examinar a fundamentação matemática das estimativas realizadas, mas verificar se estão coerentes com o comportamento da entidade em períodos anteriores.
- 94** O auditor deve, obrigatoriamente, emitir parecer com ressalvas quando a entidade auditada atuar em setor econômico que esteja sujeito a regulamentação específica quanto à adoção de normas contábeis divergentes dos princípios fundamentais de contabilidade.
- 95** Se determinado auditor aplicar procedimentos de auditoria a itens de um livro contábil que, por exemplo, ultrapassem determinado valor, tal atitude não poderá ser considerada como teste de amostragem.
- 96** Se a administração da entidade auditada recusar-se a fornecer a carta de responsabilidade, o parecer emitido pelo auditor não deverá conter opinião sobre demonstrativos.
- 97** No exame de auditoria, devem ser consideradas erros materiais não apenas as divergências entre o que está demonstrado nos documentos contábeis e o que efetivamente ocorre na entidade, mas também as omissões verificadas nos demonstrativos financeiros.
- 98** Se o auditor encontrar erros em apenas algumas das demonstrações contábeis, mas não em todas, o tipo de parecer emitido em relação a todas as demonstrações deverá ser com ressalvas.
- 99** No âmbito do setor público, a auditoria de acompanhamento de gestão é realizada ao longo dos processos de gestão, a fim de que se possa atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal.
- 100** Quando uma amostra for estratificada, cada unidade de amostragem deverá pertencer, exclusivamente, a um estrato.
- 101** Não deve haver limite para o grau de extensão e profundidade das investigações feitas pelo auditor ou pela entidade de auditoria.
- 102** Os papéis de trabalho devem registrar a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria aplicados, e o relatório final de execução da auditoria deve descrever os resultados e as conclusões da evidência da auditoria.

Em relação aos regimes jurídicos dos ocupantes de cargos, empregos e funções públicas, julgue os itens a seguir.

- 103** O direito brasileiro admite a figura da fundação de direito privado, instituída por lei, pelo poder público. Nessa fundação, os empregados são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- 104** Para ocupar emprego público em sociedade de economia mista, por esta ter o mesmo tratamento que as pessoas jurídicas de direito privado, o indivíduo não precisa ser aprovado em concurso público para ingressar na empresa.
- 105** As limitações impostas pela Constituição Federal de 1988 à acumulação de cargos públicos são extensíveis aos denominados empregos públicos, porém não são aplicáveis às sociedades controladas indiretamente pelo poder público.

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens seguintes.

- 106** Se um servidor, em processo administrativo de que seja parte, interpuser recurso perante órgão incompetente para o processamento e o julgamento de sua pretensão, deverá ser indicada a esse servidor a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- 107** Se, nos autos de um processo administrativo, for determinada a suspensão do feito por cinco meses, desde 31/1/2008, esse processo ficará paralisado até 30/6/2008.
- 108** A interposição de recurso administrativo por um servidor no processo de seu interesse implica, via de regra, a automática concessão de efeito suspensivo à efetivação da decisão que foi contrária ao seu interesse.

Em relação à Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens que se seguem.

- 109** Ao indeferir o pedido de remoção de um servidor da cidade de Goiânia para o Rio de Janeiro, motivada pela necessidade de acompanhar cônjuge, que é sua dependente e está com problemas de saúde comprovados por junta médica oficial, o diretor de recursos humanos agirá corretamente, já que o deslocamento do servidor não é do interesse da administração.
- 110** A condição de servidor estável é essencial para que um indivíduo peça licença para tratar de assuntos particulares.
- 111** O licenciamento de um servidor para desempenho de mandato classista concede a ele o direito de considerar como de efetivo exercício o tempo de serviço durante o aludido afastamento.

Julgue os itens a seguir, acerca de tópicos de matemática financeira.

RASCUNHO

- 112** Sabendo-se que velocidade e tempo são grandezas inversamente proporcionais, é correto afirmar que aumentando-se em 25% a velocidade de digitação de um texto, o tempo necessário para se digitar esse texto fica reduzido em 20%.
- 113** Considerando que α seja a taxa percentual de aumento sobre o preço original de um produto que foi submetido a um aumento de 30% seguido de um desconto de 20%; e que β seja a taxa percentual mensal de ganho real de uma aplicação financeira com rentabilidade de 30% ao mês, na hipótese de uma inflação de 25% ao mês, é correto afirmar que α é diferente de β .
- 114** Considerando que os sócios A, B e C constituam uma empresa na qual A invista R\$ 12.000,00 durante 9 meses, B invista R\$ 8.000,00 durante 15 meses e C, R\$ 4.500,00 durante 2 anos, e que o lucro auferido pela empresa, de X reais, seja repartido entre os sócios proporcionalmente às quantias e aos tempos que cada um deles investiu, então os sócios A e C receberão importâncias diferentes do referido lucro.
- 115** Se o índice de inflação no 1.º semestre de certo ano for igual a 4,7% e o do 2.º semestre for igual a 5,3%, então o índice de inflação acumulado nesse ano será superior a 10%.
- 116** Se, ontem, um produto custava X reais e hoje o preço desse produto sofreu um aumento de 60%, então, para comprá-lo hoje pelo mesmo preço de ontem — X —, será preciso que esse produto sofra um desconto superior a 40%.
- 117** Se, do capital X, 40% forem investidos em um fundo de ações e o restante, em um fundo DI, e se, após um mês, as cotas desses fundos se valorizarem 15% e 2%, respectivamente, então a rentabilidade do capital X nesse mês será superior a 7%.
- 118** Considerando que o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil reduza a taxa básica de juros para 11,25% ao ano e que a inflação seja projetada em 4,5% ao ano para 2009, é correto afirmar que a taxa real de juros no Brasil ficará acima de 6,4% ao ano.
- 119** Caso o banco A cobre uma taxa efetiva de juros de 32% ao ano e o banco B cobre uma taxa nominal de juros de 30% ao ano, com capitalização semestral, a melhor taxa de juros para o cliente será a do banco B.
- 120** A taxa nominal semestral, capitalizada mensalmente, que é equivalente à taxa nominal de 66% ao trimestre, capitalizada bimestralmente, é superior a 100%.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Considerando que, na contabilidade pública, são estudadas as receitas e as despesas públicas por diversos ângulos e que, ao contador da área pública, o entendimento dessas diversas facetas é de fundamental importância para o exercício de suas funções, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- ▶ classificação econômica das receitas e das despesas públicas, com suas subdivisões;
- ▶ vinculação das receitas públicas ao orçamento;
- ▶ estágios da receita e da despesa públicas;
- ▶ restos a pagar;
- ▶ regime de contabilização das receitas e das despesas públicas, salientando a situação da dívida ativa.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	